

SOBRE O CRITÉRIO CARTESIANO DE NÃO ANALISABILIDADE PARA O RECONHECIMENTO DE NATUREZAS VERDADEIRAS E IMUTÁVEIS

ON THE CARTESIAN CRITERION OF NON-ANALYZABILITY FOR THE RECOGNITION OF TRUE AND IMMUTABLE NATURES

LUCAS GRIVET¹

<https://orcid.org/0009-0005-9053-4560>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo investigar a natureza do chamado *critério de não analisabilidade* desenvolvido por Descartes na *Quinta Meditação*, e na *Primeiras Respostas às Primeiras Objeções*. Após o fracasso do *critério de consequências imprevisíveis* para o reconhecimento de ideias que possuem *naturezas verdadeiras e imutáveis*, as distinguindo de ideias fictícias, Descartes desenvolve o *critério de não analisabilidade* em uma tentativa de viabilizar uma ciência totalmente a priori. Embora, neste estudo, não me ocupe sobre o fracasso ou sucesso de seus critérios, busco investigar, especificamente, a natureza do *critério de não analisabilidade* ao propor que este critério é um *princípio lógico*, e, portanto, uma *natureza verdadeira e imutável*, dado que os *princípios lógicos* são *naturezas verdadeiras e imutáveis* criadas livremente por Deus na mente finita.

PALAVRAS-CHAVE: Descartes; Princípios lógicos; Naturezas verdadeiras e imutáveis; Critérios.

ABSTRACT: This work aims to investigate the nature of the so-called *non-analysability criteria* developed by Descartes in the *Fifth Meditation*, and in the *First Replies to the First Objections*. After the failure of the *unpredictable consequences criteria* for the recognition of the ideas that possess *immutable and true natures*, distinguishing them from fictitious ideas, Descartes develops the *non-analysability criteria* in an attempt of enabling completely a priori science. Although, in this study, I do not occupy myself with the failure or success of their criteria, I specifically search for the nature of the *non-analysability criteria* by proposing that this criteria is a *logical principle*, and, therefore, an *immutable and true nature*, given that the *logical principles* are *immutable and true natures* created by God in the finite mind.

KEYWORDS: Descartes; Logical principles; Immutable and true natures; Criteria.

¹ Mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLM/UFRJ). Bolsista da CAPES. Contato: grivet.lucas@gmail.com. Link do currículo: <http://lattes.cnpq.br/5546193581204195>

I

Na *Quinta Meditação*,² espaço em que se investigará as *naturezas verdadeiras e imutáveis*,³ bem como se apresentará o *argumento ontológico*,⁴ e nas *Primeiras Objeções e Respostas*,⁵ Descartes lança mão de dois critérios, que são reconhecidos enquanto tais por comentadores posteriores,⁶ a saber; o critério de *consequências imprevistas*, e o critério de *não analisabilidade*.⁷ Ambos os critérios são desenvolvidos por Descartes a fim de reconhecer as *naturezas verdadeiras e imutáveis*, e então fundar uma disciplina totalmente *a priori*,⁸ ao distinguir, no contexto da *Quinta Meditação*, as ideias fictícias de ideias inatas. Com o presente artigo não pretendo investigar se é o caso de o autor das *Meditações sobre a Filosofia Primeira* logra seu objetivo com os critérios, mas, em verdade, busco investigar a natureza do *critério de não analisabilidade* em função da razão que listo abaixo.

Bem antes da *Quinta Meditação*, ainda na *Segunda*, Descartes, após chegar ao seu princípio de conhecimento através do *argumento do cogito*, busca investigar o que é o *eu* que naquele momento era indubitavelmente existente. E para tal, retoma a noção escolástica-aristotélica de alma, a saber: que ela é princípio de nutrição, movimento, e sensação.⁹ O ponto que gostaria de destacar é que, já nesse momento, o critério que aqui buscamos tratar é utilizado de maneira a conhecer aquilo que esse *eu* sabidamente existente é na *Segunda Meditação*, a saber: coisa pensante, pois o pensamento é o único elemento que não pode ser analisado no sujeito, ou seja, que não pode ser separado. E frente a essa antecipação do uso critério, antes mesmo de sua enunciação, gostaria de defender que o *critério de não analisabilidade* é um elemento já disponível à razão de maneira inata, e parte estruturante da mente finita na medida

² A *Meditações sobre Filosofia primeira*, escrita e publicada por Descartes em 1641, é constituída por seis partes, ou seis meditações.

³ As *naturezas verdadeiras e imutáveis* são essências que, criadas livremente por Deus, não são ficções do sujeito e independem do sujeito para serem, e que, embora existam, suas existências não implicam em sua atualidade, ou seja, em sua existência no mundo. Embora as *naturezas verdadeiras e imutáveis* sejam um elemento importante na obra cartesiana, sua definição não é tão clara, pois Descartes a desenvolve em diferentes passagens e distintos textos, como na *Quinta Meditação*, em suas cartas em que trata da *tese da livre criação das verdades eternas* etc.

⁴ Importante dizer que Descartes, ao seu modo, resgata o *argumento ontológico* de ST. Anselmo para que, então, possa demonstrar a existência de Deus *a priori*, ou seja, sem recorrer à experiência.

⁵ O *Objeções e Respostas* é um apêndice da *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Antes da publicação da *Meditações*, em 1641, Descartes envia sua obra para seus pares a fim de que eles pudessem realizar comentários e críticas sobre seu trabalho.

⁶ Wilson, 1978; Edelberg, 1990.

⁷ Adoto em meu texto a mesma nomenclatura utilizada por Wilson, 1978, para me referir aos critérios.

⁸ É importante frisar que aqui estamos usando o termo *a priori* não em um sentido cartesiano, que diz respeito ao modelo de dedução geométrico, mas sim em um sentido kantiano, daquilo que é anterior à experiência e, portanto, independe dela, e universal. Edelberg, 1990, p. 494.

⁹ AT VII: 26-27, HR II: 17-18.

em que configura o modo de funcionamento da mente, ou aquilo que Descartes chama de *princípios lógicos*.¹⁰

Então, dado o elemento central a ser defendido – que o *critério de analisabilidade* é um *princípio lógico*, e, portanto, previamente dado –, faz-se necessário estabelecer as cláusulas que precisam ser satisfeitas para que, creio, possamos defender a tese proposta. Penso que as seguintes cláusulas a serem satisfeitas são: (i) o reconhecimento do uso do *critério de não analisabilidade* na *Segunda Meditação*, antes mesmo de sua enunciação na *Quinta Meditação*, e na *Primeiras Respostas às Primeiras Objeções*; (ii) esse *eu*, que é o objeto para qual o critério é lançado, ser uma coisa pensante – por ter o pensamento como atributo essencial e único – é uma *natureza verdadeira imutável* na medida em que o pensamento não pode ser separado do *eu*, e, portanto, não pode ser analisado.

A fim de melhor expor, e assim tornar mais clara, a proposta que acima fora enunciada, pretendo organizar este trabalho da seguinte maneira: Inicialmente gostaria de tornar mais inteligível quanto for possível a *tese da livre criação das verdades eternas*, em função de sua importância para a questão proposta ao nos possibilitar identificar os *princípios lógicos* como *verdades eternas*. Em seguida, mesmo que não se encontre uma resposta satisfatória, ou não se encontre nenhuma - pois não me proponho aqui a tratar desse tema -, irei tematizar o problema apontado por Wilson a respeito dos critérios, de reconhecimento das *naturezas verdadeiras e imutáveis*, para que então a(o) leitora(o) não seja subtraída(o) de problemas relevantes concernentes a nossa questão, bem como tento também faltar ao mínimo possível sobre o tema. Por último, mas não menos importante, irei revisar a bibliografia disponível para que então se possa conferir a possibilidade de satisfação das cláusulas estipuladas anteriormente, e assim justificar nossa proposta.

II

As *naturezas verdadeiras e imutáveis*,¹¹ sustenta Descartes, são essências criadas *livremente* por Deus, entretanto, não só a criação e a manutenção das criaturas, por Deus,

¹⁰ Os *princípios lógicos* são *verdades eternas* que estruturam a mente finita, que também a limitam. Segundo Rocha, 2016, os *princípios lógicos* são *verdades eternas* criadas, por Deus, na mente finita não como uma modificação desta, mas sim como sua estrutura, de modo a só poder operar em conformidade com seus princípios, motivo pelo qual também se afirma que os *princípios lógicos* a limitam.

¹¹ *Naturezas verdadeiras e imutáveis* são entidades que possuem realidade externa, em relação à mente, que independem da mente para serem, e que também podem não existir atualmente. O exemplo paradigmático - que são primeiramente apresentados por Descartes, e que possuem uma maior importância dada pelo autor - dessas *naturezas* são os objetos diretos da matemática Wilson, 1978, p. 148.

esgotam a tese da *livre criação das verdades eternas*, mas também que todas elas dependem da *livre vontade* de Deus, que significa que *Deus as poderia ter criado de maneira diferente*.¹² Embora apresentada previamente, e de maneira extremamente enxuta, é importante frisar que a *tese da livre criação* é desenvolvida por Descartes em certos textos, como na *Quinta* e *Sexta Respostas a Objeções*, nos artigos vinte e três e vinte e quatro da primeira parte do *Princípios*, em cartas destinadas a alguns de seus interlocutores –Mersenne, Mesland, Arnauld e Morus–, e na *Entrevista com Burman*.

A respeito dessa tese, e principalmente sobre a parte grifada, em que enfatizo que Deus poderia ter criado tudo o mais, desde a eternidade, de maneira diferente, parece exposta de maneira muito evidente na seguinte passagem de uma carta de 15 de abril 1630 endereçada a Mersenne:

Vão vos dizer que, se Deus tivesse estabelecido essas verdades, ele as poderia mudar como um rei faz [com] suas leis; ao que se deve responder que sim, se sua vontade pode mudar. – Mas eu as compreendo como eternas e imutáveis. – E eu julgo o mesmo de Deus. – Mas sua vontade é livre. – Sim, mas sua potência é incompreensível, e geralmente podemos verdadeiramente assegurar que Deus pode fazer tudo o que podemos compreender, mas não que ele não possa fazer o que não podemos compreender; pois seria temeridade pensar que nossa imaginação tem tanta extensão quanto sua potência.¹³

Além de parecer exemplificar muito bem o que fora afirmado acima, essa passagem nos mostra algo de extrema relevância, e que nos será caro para a posição aqui tomada a respeito da *tese da livre criação*. Embora Descartes, em dado momento, reconheça uma certa impossibilidade de modificação das verdades em função de serem *eternas e imutáveis*, acredito ser incontornável sua afirmação de que Deus faz tudo o que possamos compreender, porém pode também fazer tudo aquilo que não alcançamos com nossa razão em função da incompreensibilidade de Deus frente aos limites da própria razão - mesmo que possamos conhecê-lo positivamente.

Nesse ponto, antes de prosseguirmos, é de extrema importância que tratemos da distinção que Descartes faz a respeito da possibilidade de se conhecer o infinito, e da (im)possibilidade de compreender o infinito. A diferença entre conhecer e compreender é muito evidente na primeira prova da existência de Deus, na *Terceira Meditação*, em que Descartes lança mão das noções de *realidade objetiva* e *realidade formal*¹⁴ a fim de encontrar a origem

¹² Rocha, 2016, p. 25.

¹³ Gleizer. 2012, p. 208.

¹⁴ “A realidade formal de uma ideia é o que a ideia é nela mesma, isto é, um determinado modo da substância pensante e, por isso mesmo, enquanto realidades formais as ideias não se distinguem embora se distingam de

da ideia de Deus presente na mente.¹⁵ Com isso, Descartes reconhece a impossibilidade dessa mente finita ser a causa da ideia de Deus em função de sua finitude, pois uma ideia com tanta *realidade objetiva* não poderia provir de algo menor, como a própria mente, mas somente de uma outra *realidade formal* que contenha mais perfeição, ou que seja *eminentemente maior*, de modo que somente Deus poderia ser a causa dessa ideia. É nesse sentido que o infinito pode ser *conhecido positivamente*, porque o conhecimento dele antecede o conhecimento acerca da finitude:

E não devo crer que não percebo o infinito por uma verdadeira ideia, mas somente por uma negação do finito, como percebo o repouso e a escuridão pela negação do movimento e da luz, pois, ao contrário, entendo de modo manifesto que há mais realidade na substância infinita do que na finita, e, por conseguinte, que a percepção do infinito é, de certo modo, em mim, anterior à percepção do finito, isto é, que a percepção de Deus é anterior à percepção de mim mesmo, pois qual a razão por que me daria conta de que duvido, desejo, isto é, de que sou indigente de algo e de que não sou totalmente perfeito, se não houvesse em mim nenhuma ideia de um ente mais perfeito, por comparação com o qual conheço meus defeitos?¹⁶

Entretanto, também não há possibilidade de a mente finita compreender Deus na medida em que o finito não consegue abranger a totalidade do infinito. Nos artigos 24 e 27, do *Princípios*, tal diferenciação é, também, muito evidente:

Depois de assim termos conhecido [que Deus existe e] é ou pode ser o autor de tudo, se passarmos do conhecimento que possuímos da Sua natureza para a explicação das coisas que Ele criou, estaremos a seguir o melhor método [de que podemos nos servir para descobrir a verdade]. E se tentarmos deduzi-lo das noções que naturalmente estão nas nossas almas, lograremos uma ciência, isto é, conheceremos os efeitos pelas suas causas. Todavia, para que possamos empreendê-lo com mais segurança devemos lembrar-nos de que, ao examinar a natureza de alguma coisa, Deus, o seu autor, é infinito e que nós somos inteiramente finitos.¹⁷

e principalmente;

A tais coisas chamaremos indefinidas em vez de infinitas, a fim de reservar apenas para Deus o nome de infinito: porque não reconhecemos limites às suas perfeições e também porque não alimentamos dúvidas de que não os pode ter. Das outras coisas, sabemos que não são assim absolutamente perfeitas, porque embora algumas vezes lhes notemos propriedades que se nos afiguram não ter

outros modos ou formas do pensamento. A realidade objetiva de uma ideia, por outro lado, consiste no conteúdo da representação e, por isso mesmo, é aquilo que permite que uma ideia seja distinta da outra.” Rocha, 1997, *apud* AT VII, 40.

¹⁵ AT VII: 41-42.

¹⁶ AT VII: 45-46, HR II, 31.

¹⁷ AT VIII: 14, HR I, 201.

limites, não deixamos de reconhecer que um tal facto procede da imperfeição do nosso entendimento e não da sua natureza.¹⁸

Creio que a importância da exposição anterior a respeito da *tese da livre criação das verdades eternas*, para nosso fim com este trabalho, reside na identificação dos *princípios lógicos*, que estruturam a razão da mente finita, para com as *verdades eternas*, e na ênfase na afirmação de Descartes que Deus poderia fazer tudo de maneira diferente – justificada por sua *livre vontade*. As considerações anteriores dizem respeito a posição defendida por Rocha (2016), que será explicitada a seguir em função de, aqui também, adotarmos a seguinte tese.

A tese defendida pela autora admite a possibilidade de que Deus possa ter criado um mundo absurdo, ou seja, um mundo que é incompreensível aos humanos, vide a limitação de seus princípios racionais. É importante ressaltar que aqui Rocha (2016), não fala somente sobre as verdades que repousam sob o mistério, mas, em verdade, trata das verdades criadas que ao serem percebidas pelos humanos somente são percebidas através de ideias obscuras e confusas, e que conseqüentemente são percebidas como absurdas e contraditórias. A admissibilidade dessa proposta reside nas seguintes justificativas: Em primeiro lugar, por Rocha indicar que Descartes aceita a possibilidade de *verdades* criadas por Deus não serem acessadas pelos humanos através de ideias claras e distintas. E, em segundo, que, também segundo Descartes, os humanos possuem acesso de maneira obscura e confusa a pelo menos algumas *verdades* que aparecem instanciadas atualmente no mundo - que existem efetivamente - por Deus.

Exposta, ao menos em linhas gerais a tese de Rocha (2016), passemos então a tratar dos *princípios lógicos*, ainda recorrendo a mesma autora, e do porquê eles aqui são considerados *verdades eternas* e a estrutura da mente finita. Essas asserções sobre os *princípios lógicos* são defendidas por Rocha após considerar, principalmente, o seguinte artigo do *Princípios*:

Esta proposição a partir do nada nada vem é considerada não como alguma coisa existente, nem tão pouco como modo da coisa, mas como uma certa verdade eterna que tem sua sede em nossa mente... Desse gênero são: é impossível que o mesmo seja e não seja ao mesmo tempo, o que foi feito não pode não ter sido feito, aquele que pensa, enquanto pensa, não pode deixar de existir; e inúmeras outras.¹⁹

A defesa de que os *princípios lógicos* se encontram de tal modo, como *verdades eternas* e estrutura do intelecto finito, se justifica, a partir da passagem acima, em função da possibilidade de Descartes sugerir que as proposições oferecidas - como “aquele que pensa,

¹⁸ AT VIII: 15, HR I, 202.

¹⁹ Rocha, 2016, *apud* AT VIIIA: 24.

enquanto pensa, não pode deixar de existir”, etc. - não se referirem à alguma coisa existente, ou modo, mas sim a como uma *verdade eterna* que está alocada na mente finita (Rocha, 2016, p. 32). Com isso parece ser evidente que se os *princípios lógicos* são criados na mente finita, então necessariamente a mente finita deverá operá-los tendo como regra, pois visto que eles, os *princípios lógicos*, não se configuram como modos contingenciais da mente finita. Outra passagem que pode ser utilizada a fim de fortalecer a defesa da posição tomada por Rocha (2016) reside na seguinte passagem:

Eu nem mesmo ousaria dizer que Deus não pode fazer uma montanha sem vale, ou que um mais dois não seja três, Eu apenas digo que ele me dotou de uma mente de tal modo que não posso conceber uma montanha sem vale, ou a soma de um mais dois sem ser três, e que essas coisas envolvem uma contradição em minha concepção.²⁰

Assim, de acordo com a posição adotada, parece correto dizer que a noção de contradição é fruto da limitação que é própria do intelecto finito, pois só é possível a mente finita ter acesso às coisas criadas através dos *princípios lógicos*. Consequentemente, da afirmação anterior é possível também afirmar que possivelmente há um modo como as coisas são atualmente, ou seja, da maneira como criadas por Deus, que não se confunde com aquilo percebido confusamente pela mente finita em conformidade com sua estrutura em virtude de sua limitação.²¹ O conjunto de proposições exposto nessa seção se compreendido no contexto da *tese da livre criação das verdades eternas*, como diz Rocha, pode fornecer uma sustentação razoável para que possamos asserir que, em verdade, Deus criou efetivamente *verdades eternas* que não podem ser pensadas pela mente finita, bem como algumas não podem ser pensadas clara e distintamente por incorrerem em contradição.²²

Evidentemente a tese adotada neste trabalho não é a única a respeito desse tema. Há, por exemplo, a posição tradicional de que Deus somente poderia ter criado as coisas de maneira diferente, mas que não as criou efetivamente. Bem como, à revelia de nossa posição, Edelberg (1990) defende que Deus cria o mundo de acordo com os *princípios lógicos*, de modo que poderíamos ter acesso, em função da conformidade da estrutura de nossa mente para com as *verdades eternas*, à todas as *verdades criadas*.²³ Embora essas posições sejam de extrema valia, reafirmo que não pretendo alongar-me nessas discussões, mas sim apresentá-las para atingir os fins já antes estabelecidos: descobrir se é o caso que o *critério de não analisabilidade* é um

²⁰ Rocha, 2016, *apud* AT V: 224.

²¹ Rocha, 2016, p. 32-33.

²² Rocha, 2016, p. 49.

²³ Edelberg, 1990, p. 527-529.

princípio lógico. A importância da exposição da tese elaborada por Rocha, tanto de nossa adesão a sua posição tomada a respeito da livre criação, quanto na identificação dos princípios lógicos como *verdades eternas* e como a estrutura do intelecto finito, reside no encontro da afirmação: caso o *critério de não analisabilidade* seja um *princípio lógico*, só é possível à mente humana reconhecer, ao seguirmos a posição elaborada por Rocha (2016) algumas *naturezas verdadeiras e imutáveis* através desses critérios em virtude da limitação da mente.

III

Ao expormos sobre a *tese da livre criação das verdades eternas*, bem como também adotarmos uma posição forte a respeito da mesma, pretendo tratar, neste momento, da exposição da problemática dos *critérios – de consequências imprevistas e não analisabilidade*, apontada por Wilson. A respeito do *critério de consequências imprevistas*, Descartes parece enunciá-lo nas seguintes passagens:

Por exemplo, quando imagino um triângulo, mesmo que tal figura não exista talvez e nunca tenha existido em parte alguma do mundo fora do meu pensamento, é seguro que há uma sua natureza, essência ou forma determinada, imutável e eterna, que não foi inventada por mim nem depende de minha mente.

Isso fica patente no fato de que várias propriedades desse triângulo podem ser demonstradas, a saber, que seus três ângulos são iguais a dois restos; que ao ângulo maior opõe-se o lado menor e coisas semelhantes, que agora conheço claramente, quer queira, quer não, ainda que, anteriormente, de modo algum tenha pensado nelas, quando imaginei um triângulo. Por conseguinte, não foram inventadas por mim.²⁴

e

Entretanto, embora eu não possa pensar decerto pensar em Deus a não ser existente, assim como também não posso pensar o monte sem o vale, contudo, por ter de pensar o monte com o vale não se segue que haja algum monte no mundo. Da mesma maneira, por ter de pensar Deus como existente não parece seguir-se que um Deus exista. Pois meu pensamento não impõe nenhuma necessidade às coisas. E, do mesmo modo que me é permitido imaginar um cavalo alado, apesar de cavalo algum possuir asas, talvez eu também possa pensar por ficção a existência de Deus, apesar de não existir Deus algum.

Não, ao contrário, aqui, sob a aparência de uma objeção, esconde-se um sofisma. Pois, de que não posso pensar um monte sem vale não se segue que monte e vale existam em algum lugar, mas apenas que, quer existam, quer não, monte e vale não podem dissociar-se um do outro. Ao passo que, por eu não poder pensar em Deus senão existente segue-se que a existência é inseparável de Deus e que, por conseguinte, ele existe verdadeiramente.²⁵

²⁴ AT VII: 64, HT II, 45.

²⁵ AT VII: 66-67, HT II, 45-46.

Como diz Wilson (1978) as naturezas verdadeiras e imutáveis possuem, nessa passagem da *Quinta Meditação*, implicações imprevistas ao sujeito, ou seja, que não foram elaboradas através de seu intelecto, e que, uma vez que o sujeito as percebe, ele não é livre para separá-las das *naturezas verdadeiras*. Antes de continuarmos a tratar do critério, parece ser de suma importância evidenciar que, também nessa passagem, as *naturezas verdadeiras e imutáveis* não são necessariamente atuais - ou seja, não são, como diz Rocha (2016), instanciadas por Deus no mundo.

Sobre o *critério de consequências imprevistas*, Descartes parece estar evidenciando que existem ideias que fogem de seu controle, e que estas ideias não são uma elaboração da mente finita. Entretanto, a respeito do critério, Wilson não parece muito certa de que Descartes consegue distinguir, aqui, ideias que contenham *naturezas verdadeiras e imutáveis* de ideias fictícias, de que esse critério forneceria a ele um “*solo para a concepção de uma predicação real a priori*”.²⁶ A fim de avaliar a questão anterior, sobre o *critério de consequências imprevistas*, a autora lança mão de seu conhecido “Argumento do Onk”.

O referido argumento formulado por Wilson diz respeito à “primeira forma de vida não terrestre conhecida pelo homem”, e que suas consequências imprevistas poderiam ser negadas sob a análise de uma reflexão mais acurada, pois na medida que se trata de um exemplar fictício que possui consequências imprevistas, as consequências imprevistas não seriam boas candidatas para distinguirem ideias fictícias de ideias que possuem *naturezas verdadeiras e imutáveis*. A negação de que essas consequências discriminariam as ideias fictícias das que possuem *naturezas verdadeiras e imutáveis* seria possibilitada, segundo Wilson, em função do exame reflexivo das condições para que algo seja uma forma de vida, e mostraria que essas propriedades,²⁷ que segundo Descartes seriam *verdades necessárias*, são vinculadas a Onk de maneira arbitrária como poderiam ser vinculadas a outros seres fictícios.

O problema do critério apontado anteriormente parece se verificar também, assim sugere Wilson, na objeção sobre o argumento ontológico realizada por Caterus. A seguinte objeção consistiria em afirmar que um conceito que contém a propriedade essencial de existir, como um “leão existente”, não implicaria em uma existência atual e necessária em função de se tratar de uma noção composta - composta pois é formada por dois elementos, “leão” e “existência”. Como é possível observar na passagem abaixo:

²⁶ Wilson, 1978, p. 151.

²⁷ Que Onk possui a habilidade de se reproduzir, assimilar nutrientes etc., Wilson, 1978, p. 151.

O complexo ‘leão existente’ inclui ambos ‘leão’ e ‘existência’, e os inclui essencialmente, pois se você retirar qualquer um dos elementos, não será um complexo. Mas agora, Deus não teve um conhecimento claro e distinto desse composto desde a eternidade? E a ideia desse composto não envolve, enquanto composto, ambos os elementos essencialmente? Em outras palavras, a existência não pertence à essência desse composto ‘leão existente’? No entanto, o conhecimento distinto de Deus, que ele possui desde a eternidade, não compele existência a nenhum dos elementos do composto, a menos que aceitássemos que o composto existe por si (que nesse caso conteria todas as perfeições essenciais, incluindo a existência atual). Similarmente, mesmo se possuímos o conhecimento distinto do ser supremo, e mesmo se o ser sumamente perfeito incluísse a existência como parte essencial de seu conceito, ainda sim não se seguiria que a existência é algo atual, ao menos que supusermos que o ser supremo existe (pois nesse caso a existência atual estará incluída junto à todas as outras perfeições). Portanto devemos procurar em outro lugar a prova de que um ser sumamente perfeito existe²⁸ [todas as traduções, realizadas no presente texto, são de minha autoria].

A questão para Caterus é que, em verdade, assumir que Deus é necessariamente existente atualmente, pois a existência seria uma propriedade essencial de Deus, não implicaria em sua existência atual em razão de se tratar de uma ideia complexa, ou composta, e que, portanto, pode ser separada em partes. Entretanto, Descartes, em resposta, distingue as noções de *natureza verdadeira imutável* e ideias ficcionais formadas por composição para que, assim, se possa identificar a ideia de um ser necessariamente existente sob a categoria de *natureza verdadeira imutável*, e a de “leão existente” sob a de ideia ficcional.²⁹ Porém, ao fazer isso, Wilson acredita que o *critério de consequências imprevistas* seria insuficiente para que Descartes apresentasse sua defesa em virtude daquilo que já fora exposto no “argumento do Onk”, a saber: que no caso de “leão existente”, bem como no caso de Onk, também haveria implicações imprevistas.³⁰

Dado a impossibilidade de defesa, como diz Wilson, de seu argumento ontológico através do *critério de consequências imprevistas*, a autora aponta para a elaboração de um outro critério distintivo das ideias que contém *naturezas verdadeiras e imutáveis* das ideias fictícias.

²⁸ The complex 'existing lion' includes both 'lion' and 'existence', and it includes them essentially, for if you take away either element it will not be the same complex. But now, has not God had clear and distinct knowledge of this composite from all eternity? And does not the idea of this composite, as a composite, involve both elements essentially? In other words, does not existence belong to the essence of the composite 'existing lion'? Nevertheless the distinct knowledge of God, the distinct knowledge he has from eternity, does not compel either element in the composite to exist, unless we assume that the composite itself exists (in which case it will contain all its essential perfections including actual existence). Similarly even if I have distinct knowledge of a supreme being, and even if the supremely perfect being includes existence as an essential part of the concept, it still does not follow that the existence in question is anything actual, unless we suppose that the supreme being exists (for in that case it will include actual existence along with all its other perfections). Accordingly we must look elsewhere for a proof that the supremely perfect being exists. AT VII, 99-100, HR II, 78.

²⁹ Wilson, 1978, p. 151.

³⁰ Wilson, 1978, p. 151.

Este critério consiste na identificação de uma ideia que contenha *naturezas verdadeiras e imutáveis* em caso dela não poder ser analisada, ou seja, separada em partes como um composto, através de uma operação mental clara e distinta³¹, coisa que é evidenciada na seguinte passagem:

Por exemplo, quando penso em um cavalo alado, ou em um leão atualmente existente, ou em um triângulo inscrito em um quadrado, entendo que também posso pensar, ao contrário, um cavalo sem asas, ou um leão não existente, um triângulo sem quadrado, e assim por diante, e que por essa razão essas coisas não possuem naturezas verdadeiras e imutáveis. Mas se penso no triângulo, ou no quadrado (aqui não trato do leão ou do cavalo, pois suas naturezas não são claras para nós), então certamente o que quer que eu reconheça como estando contido na ideia de triângulo, como que seus ângulos internos são iguais a dois retos, etc., devo, em verdade, afirmar do triângulo; e [devo afirmar] do quadrado tudo o que encontrar na ideia do quadrado; pois, embora possa entender isso de um triângulo, abstraindo do fato de que seus três ângulos internos são iguais a dois retos, ainda sim não poderia negar isso por nenhuma operação clara e distinta...³²

Este é o então chamado *critério de não analisabilidade* que enunciamos no decorrer deste trabalho. Entretanto, embora apresentados os critérios, ao menos para Wilson, não se findam os problemas relativos à distinção entre as ideias que possuem *naturezas verdadeiras e imutáveis* e as ideias fictícias. Os critérios não são efetivos, para a autora, em de razão de: (a) o *critério de consequências imprevistas* ser muito fraco em virtude de ter que se aceitar ideias que definitivamente não são aceitas por Descartes, em razão de serem consideradas fictícias, como a de Onk, cavalo alado etc.; e (b) o *critério de não analisabilidade* ser muito forte em razão dele excluir figuras geométricas simples - pois até mesmo algumas dessas verdades matemáticas mais simples poderiam ser analisadas.

IV

Após expor o problema, apontando por Wilson, sobre os critérios utilizados a fim de se reconhecer as *naturezas verdadeiras e imutáveis* contidas em ideias e as distinguir das ideias

³¹ Wilson, 1978, p. 151.

³² *For example, when I think of a winged horse, or a lion actually existing, or a triangle inscribed in a square, I easily understand that I can also on the contrary think of a horse without wings, or a lion as not existing, and of a triangle without a square, and so forth, and that hence these things have no true and immutable natures. But if I think of the triangle or the square (I here do not speak of the lion or the horse, because their natures are not wholly perspicuous to us), then certainly whatever I recognize as being contained in the idea of the triangle, as that its angles are equal to two right, etc., I shall with truth affirm of the triangle; and [I shall affirm] of the square whatsoever I find in the idea of the square; for even though I can understand a triangle, abstracting from the fact that its three angles are equal to two right, yet I cannot deny that of it by any clear and distinct operation... AT VII, 117– 118; HR II, 83-84.*

fictícias, passo então a questão central de nosso trabalho, a saber: a possibilidade de identificação do *critério de analisabilidade* como *princípio lógico*, ou elemento estruturante do intelecto finito. E a fim de defender essa proposta, penso que as seguintes cláusulas poderiam funcionar como solo firme possibilitador de nossa afirmação; (i) que há o uso do *critério de analisabilidade* na *Segunda Meditação*, antes mesmo de sua enunciação na *Quinta Meditação*, e na *Primeiras Respostas às Primeiras Objeções*; (ii) e que esse *eu*, que é o objeto para qual o critério é lançado, ser uma coisa pensante - por ter o pensamento como atributo essencial e único - é uma *natureza verdadeira imutável*.

A respeito da cláusula (i), penso ser evidente que na *Segunda Meditação*, Descartes, se utiliza do critério para caracterizar aquilo que primeiro se conhece indubitavelmente de acordo com a ordem das razões, como pode ser visto na seguinte passagem:

Ora, eu, quem sou? Agora que suponho haver um enganador poderosíssimo e, se é permitido dizer, maligno, que de propósito empenhou-se, o quanto pôde, em me enganar em todas as coisas? Posso, acaso, afirmar que possuo minimamente todas as coisas que há pouco disse pertencer à natureza do corpo? Presto atenção, penso, repenso e nada ocorre, canso-me de repetir em vão as mesmas coisas.

Na verdade, quais delas eu atribuí à alma? Vejamos se algumas delas estão em mim: alimentar-me e andar? Como já não tenho corpo, já não são mais que ficções. Sentir? Ora, isto também não ocorre sem corpo e muitas outras coisas pareceu-me sentir em sonho de que, em seguida, me dei conta que não sentira. Pensar? Encontrei: há o pensamento e somente ele não pode ser separado de mim.

Eu, eu sou, eu, eu existo, isto é certo. Mas, por quanto tempo? Ora, enquanto penso, pois talvez pudesse ocorrer também que, se eu já não tivesse nenhum pensamento, deixasse totalmente de ser. Agora, não admito nada que não seja necessariamente verdadeiro: sou, portanto, precisamente, só coisa pensante, isto é, mente ou ânimo ou intelecto ou razão, vocábulos cuja significação eu antes ignorava. Sou, porém, uma coisa verdadeira e verdadeiramente existente. Mas qual coisa? Já disse: coisa pensante.³³

Exposto o fragmento em que Descartes retoma noções escolásticas-aristotélicas imputadas à alma a fim de encontrar aquilo que é indispensável para o ser daquela coisa que, naquele momento, tem sua existência conhecida indubitavelmente, é evidentíssimo que, para lograr seu objetivo, o *critério de analisabilidade* é utilizado. É, portanto, claríssimo em razão de que as propriedades da “mente escolástica-aristotélica” são analisadas, e, portanto, separadas em função das razões estabelecidas anteriormente - de seus argumentos céticos -, Descartes

³³ AT VII: 27-28, HT II, 18-19.

encontra, então, aquilo que “*não pode ser separado de mim*”, o *pensamento*.³⁴ Satisfeita a cláusula (i), em que se diz verdadeiro o uso do critério antes de seu anúncio na *Quinta Meditação*, parece também, em verdade, que seu êxito implica a cláusula (ii), de que a noção de *pensamento*, atributo único e essencial do *eu*, é uma *natureza verdadeira imutável* pois não pode ser separado, ou analisado, do *eu*. E se é caso que (i), e (i) implica (ii), então pode-se dizer que (ii) é o caso.

Satisfeitas, creio, ambas as cláusulas, parece possível afirmar com certa segurança que o *critério de não analisabilidade* é um *princípio lógico*, e, portanto, uma *natureza verdadeira imutável* criada na mente. De modo que o critério é, para Descartes, um elemento estruturante do intelecto finito, e que somente através dele é possível às mentes finitas o reconhecimento de algumas ideias que possuem *naturezas verdadeiras e imutáveis*, as distinguindo, também, de ideia fictícias. Tal posição parece possível ser defendida em razão do presente uso do critério no operar do intelecto finito, antecedendo até mesmo sua enunciação frente ao problema de se poder distinguir as ideias que foram aqui antes mencionadas.

Referências

DESCARTES, R. *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Trad. Fausto Castilho. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

_____. *Objections and Replies. The Philosophical Writings of Descartes*, Cambridge University Press, n. 2, p. 63-384, 1984.

_____. *Princípios de Filosofia*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 2016.

EDELBERG, Walter. The Fifth Meditation. *The Philosophical Review*, vol. 99, n. 4, p. 493-533, 1990.

GLEIZER, M. A. Textos de Descartes Sobre a Livre Criação das Verdades Eternas. *Analytica*, n. 1-2, v. 16, p. 207-219, 2012.

ROCHA, E. M. O Conceito de Realidade Objetiva na Terceira Meditação de Descartes. *Analytica*, n. 2, v. 2, p. 203-218, 1997.

ROCHA, E. M. *Indiferença de Deus*. Curitiba: Kotter Editorial, 2016.

WILSON, M. *Descartes*. USA and Canada, Routledge & Kegan Paul, 1978.

³⁴ É importante ressaltar que embora Wilson afirme que o *critério de não analisabilidade* seja forte demais, de modo a excluir ideias que possuem, para Descartes, *naturezas verdadeiras e imutáveis*, é evidente que ele, o critério, não exclui todas, e que o problema reside em ele tornar inadequadas algumas das verdades matemáticas básicas que são o modelo paradigmático de ideias que possuem *naturezas verdadeiras e imutáveis*.